



# *Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*

## *Estado de São Paulo*

**SENHORES VEREADORES:**

**SENHORAS VEREADORAS**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Resolução visa estabelecer a revisão geral anual do subsídio dos vereadores da Estância Balneária de Praia Grande, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor amplo – IPCA acumulado entre maio de 2021 a março de 2022

Considerando que a revisão geral anual encontra-se prevista no art. 37, inciso X, da CR/88, que assim dispõe:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*X — a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices (grifos acrescidos).*

De acordo com esse dispositivo constitucional, constata-se que a revisão geral anual é obrigatória e se constitui em direito subjetivo dos servidores públicos **e dos agentes políticos**, sendo um instrumento que visa, unicamente, rever o valor aquisitivo, ou seja, o valor nominal da remuneração ou subsídio em face da desvalorização da moeda, ocasionada pela inflação.

O Tribuna de Contas de SP já firmou o entendimento de que a recomposição do valor dos subsídios dos agentes políticos, pode ser feita anualmente, mediante prévia definição no ato normativo fixador da remuneração e com base em índice oficial de aferição de perda de valor aquisitivo da moeda, observando-se, ainda, os dispositivos constitucionais e legais que impõem limites ao valor do subsídio dos edis, bem como às despesas totais e de pessoal da Câmara de Vereadores.

Ademais, o entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, compreende que a regra geral para fixação dos subsídios e remuneração deve ser fixada ou alterada por Lei, em sentido estrito, **sendo exceção à regra a fixação e revisão dos subsídios dos agentes políticos por meio de resolução**, assim:



## *Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande* *Estado de São Paulo*

*“Por outro lado, a regra geral da Constituição Federal é a de que subsídios e remuneração devem ser fixados ou alterados por Lei, em sentido estrito (artigos 37, X; 27, § 2º; 29, V). **Só por exceção se prescinde de Lei, como ocorre em relação aos agentes políticos do Legislativo** (artigo 49, VII), **inclusive Vereadores** (artigo 29, VI). Para os servidores da Câmara vale a regra geral do artigo 37, X. Já “o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais” (artigo 29, VI), mediante Resolução (não Ato da Mesa); às Câmaras também cabe, então, conceder revisão, nos estritos limites do artigo 37, X (quem pode o mais, fixar, pode o menos, conceder revisão). **(negrito nosso)** (TCESP - 3399/026/07).*

*“Por se tratar de ato interna corporis, que normatiza matéria de competência específica da Câmara, a Resolução é a espécie legislativa apropriada à fixação do subsídio do Edil, admitindo-se a lei se assim estiver previsto na Lei Orgânica do Município. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo 15 Deve-se atentar que a lei local se sujeita, regra geral, ao veto e à sanção do Prefeito Municipal, o que não se aplica ao presente caso, haja vista a competência determinada constitucionalmente ao Legislativo para estabelecer o subsídio dos seus membros. Essa questão foi enfrentada pelo e. Tribunal de Justiça de São Paulo, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 125.269.0/9-00. Tal Corte, em votação unânime, declarou a inconstitucionalidade formal de lei municipal, sob o fundamento de que a Resolução é o instrumento apropriado à fixação do subsídio camarário. Revista TCE/SP-2019”*

Em resumo, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 prevê a possibilidade de aplicação da revisão geral anual aos vereadores; **a aplicação da revisão geral anual aos vereadores está limitada a correção das perdas inflacionárias**, vinculada a apuração de índice oficial que preveja a correção, **competindo à Mesa Diretora a iniciativa legislativa** para aplicação da revisão geral anual dos vereadores, não sendo tal matéria delegável.

Considerando o exposto, estando em absoluta observância aos ditames legais, esta Casa está propondo o mesmo índice de reajuste proposto aos seus servidores, a partir de 1º de abril de 2022.

Assim é que submetemos aos ilustres componentes das Doutas Comissões o incluso projeto:





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º**

**007/2022**

**"Dispõe sobre a Revisão Geral Anual do Subsídio dos Vereadores do Poder Legislativo da Estância Balneária de Praia Grande e dá outras providências"**

A Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande aprova:

**Art. 1º** Na recomposição do subsídio dos vereadores do Poder Legislativo de Praia Grande será adotado o índice IPCA referente ao período de maio de 2021 a março de 2022.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2022, revogadas as disposições em contrário.

**Marco Antônio de Sousa**  
**Presidente**

**Marcelino Santos Gomes**  
**1º Secretário**

**Natanael Vieira de Oliveira**  
**2º Secretário**